

COLABORAÇÃO DE ALUNOS*

PROBLEMAS DA TERRA VISTOS PELA CNBB

Carlos Roberto Soares

João Augusto Pezzuto

Márcio Roberto Pereira Tangerino

Pio José Braga

(Alunos do Curso de Filosofia – PUC-Campinas.)

INTRODUÇÃO

As linhas que se seguem constituem a discussão dos tópicos centrais do documento "Igreja e Problemas da Terra", lançado em 14 de fevereiro de 1980 pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). São considerações que resultaram de um trabalho conjunto feito no decorrer do 1º semestre de 1980 nas disciplinas Teodicéia e Doutrina Social da Igreja do 3º ano matutino do Curso de Filosofia (PUC-Campinas). Procuramos incorporar os resultados dos seminários e das discussões feitas em classe. Mais do que abordar analiticamente o documento ou estudá-lo com minúcias, buscamos aprofundar seus temas centrais e, sobretudo, ilustrá-lo com dados que possam demonstrar elucidativamente o acerto de suas conclusões sobre a nossa realidade.

Dados os propósitos deste trabalho, não pudemos fugir das linhas básicas do próprio documento que está assim dividido:

1. Introdução
2. Realidade dos Fatos
 - Terra de todos nas mãos de poucos.
 - De quem é a responsabilidade ?
3. Reflexão Doutrinal
 - Terra de trabalho e terra de exploração.
 - Desideologizar nosso povo.
4. Nossos Compromissos.
5. Conclusão.

* A partir desse número abrimos uma seção para as colaborações de alunos, com o objetivo de estimular a produção intelectual dos estudantes na área de filosofia.

1 – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DOCUMENTO:

Já na introdução do documento “Igreja e Problemas da Terra” está implícito o seu caráter revolucionário. Basta observarmos a preocupação dos bispos com os destinatários do documento: os povos indígenas, os trabalhadores rurais e todos aqueles que trabalham no cultivo da terra e dela dependem para sua sobrevivência. Em entrevistas para os jornais, os bispos através de seus porta-vozes, declararam que, se o documento chegasse às mãos das autoridades: presidente, ministros e governadores, chegaria como chega a qualquer cidadão.

O documento foi elaborado após muitas discussões e condenado pela imprensa burguesa antes, mesmo, de ficar pronto. Todas as versões do documento trazidas a público não correspondiam ao que efetivamente estava sendo discutido e elaborado. O documento teve cinco versões diferentes antes da aprovação definitiva. Os jornais publicaram apenas duas: a terceira que foi rejeitada, e a quarta acrescida de certas restrições.

O governo, temendo ser condenado neste documento, tentou antecipar-se à Igreja, anunciando que interviria numa área de quarenta milhões de hectares de terra na região do Araguaia-Tocantins, fazendo aí uma reforma agrária, coisa que, obviamente, não aconteceu. Mesmo assim, o que o governo temia aconteceu: a condenação explícita do capitalismo, pela primeira vez, num documento coletivo da Igreja no Brasil.

2 – REALIDADE DOS FATOS:

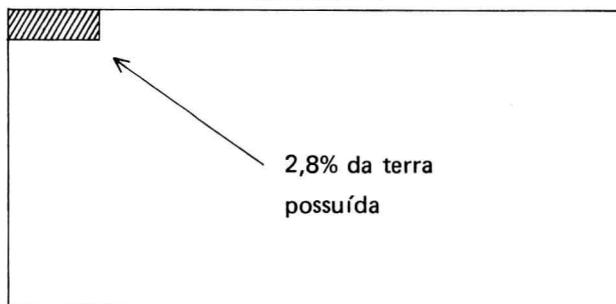
A TERRA DE TODOS COMO TERRA DE POUCOS

Todos os anos durante a Quaresma, a Igreja do Brasil realiza a Campanha da Fraternidade. A deste ano (1980), teve como tema as migrações e, como “slogan”, a pergunta: “Para onde vais?” Ela nos mostrou esta realidade: o Brasil conta com o elevado número de quarenta milhões de migrantes, correspondendo a um terço da sua população. Isso se deve à concentração da terra nas mãos de uma minoria de proprietários, que na maioria das vezes, além de expulsar o lavrador da terra, transformam a agricultura em pastagens.

Explicitaremos a gravidade do problema da concentração da terra apresentando os gráficos abaixo, com dados retirados do próprio documento:

A) 52,3% dos estabelecimentos têm menos de 10 hectares de terra, ocupando 2,8% da terra possuída;

QUADRO I



52,3% dos estabelecimentos com menos de 10 hectares cada um.

Como no Estado de São Paulo a medida agrária mais conhecida é o alqueire, transformemos os hectares em alqueires para detectarmos melhor o problema:

1 hectare = 100 ares; 1 are = 100m^2

Então, 1 hectare = 10.000m^2

O alqueire em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás tem 48.400m^2 . No Estado de São Paulo, 24.200m^2 .

Portanto, no gráfico acima as propriedades têm, em média, três alqueires e são, para quem planta, uma irrisória quantidade de terra, uma vez que na pequena propriedade se pratica uma agricultura de subsistência, que exige o plantio de arroz, feijão, mandioca, milho etc.

Em nosso trabalho usamos como medida o alqueire paulista.

B) 0,8 dos estabelecimentos têm mais de mil hectares, ocupando 42,6% da área total do Brasil;

Estabelecimentos com mais de 1.000 hectares cada um, igual a 330 alqueires.

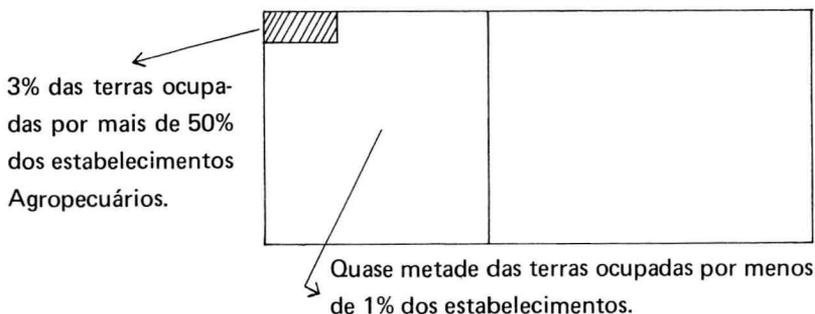
QUADRO II

<p>0,8% dos estabelecimentos – ocupando – 42,6% da área total do País.</p>	
--	--

→ ÁREA TOTAL DO PAÍS ←

Diante destes dois gráficos, um terceiro nos mostrará que, mais da metade dos estabelecimentos agropecuários ocupa menos de 3% da terra, e menos de 1% dos estabelecimentos, ocupa quase metade das terras.

QUADRO III



Levando-se em conta que, no Brasil, é fato indubitável que um proprietário possua muitas vezes mais do que uma propriedade, o problema da concentração da terra se agrava ainda mais.

Continuando os problemas que o documento levanta, verifica-se que em 1950, somente 19,2% dos lavradores não eram proprietários; já em 1975, 38,1% dos lavradores não eram proprietários. Em 1950, para cada lavrador não proprietário havia 4,2 proprietários, enquanto que, em 1975, para cada lavrador não proprietário havia 1,6 proprietário.

Estes dados se referem apenas aos responsáveis pelo estabelecimento, não estando incluídos os trabalhadores rurais propriamente ditos, ou seja, aqueles que não possuem terra e são assalariados permanentes ou temporários.

No que se refere ao pequeno lavrador temos, em 1975, os seguintes dados:

- Em terras com menos de 20 hectares, para cada proprietário, há 1 não proprietário.
- Em terras com menos de 10 hectares, para cada proprietário, há 1,3 não proprietário.

No Brasil, já foi constatado também que a pequena propriedade é muito mais funcional e produtiva que a grande propriedade, principalmente por causa de uma inadequada política agrícola. Nos estabelecimentos com mais de 20 hectares há 50,6% de pastos e 8,5% de lavoura, e naqueles com menos de 20 hectares, há 21,1% de pastos e 50,1% de lavoura.

Como sabemos, o tão falado apoio do governo à agricultura não passa de falácia. Olhemos na prática. O pequeno agricultor não tem

crédito, pois os financiamentos bancários são efetuados para a média e grande propriedade, ocorrendo que, para conseguir capital o lavrador já tem de dispor de capital nos bancos.

Lastimável também é o caso do Nordeste do Brasil, onde os órgãos do governo, DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) e SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), que prometiam soluções para os problemas, os agravassem ainda mais, beneficiando os grandes proprietários em detrimento dos pequenos proprietários e trabalhadores rurais.

O MODELO POLÍTICO A SERVIÇO DA GRANDE EMPRESA

Na Amazônia a política de incentivos fiscais beneficia somente as grandes empresas. A SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) até 1977, já havia aprovado 336 projetos agropecuários no valor total de sete bilhões de cruzeiros, sendo que apenas dois bilhões provinham como recursos da própria empresa, e o restante era todo coberto com incentivos fiscais. A situação é calamitosa: 75% do dinheiro da Amazônia é empregado em incentivos fiscais, quando poderia ser aplicado em obras de interesse público.

O projeto Pró-Alcool permitiu a invasão do campo por parte das grandes empresas, aumentando assim a concentração da terra, quando seria uma ótima oportunidade para redividi-la. Além disso o Pró-Alcool acarreta outros problemas; veja-se o exemplo do Nordeste, onde a prática da monocultura da cana-de-açúcar deixou a terra deserta e infértil.

Se o governo quisesse dar novos passos para evitar a concentração da terra, poderia fazê-lo através do Projeto Pró-Alcool; bastaria ocupar toda a terra ociosa apenas do Estado de São Paulo com o cultivo da cana-de-açúcar, a fim de que até 1985 todas as exigências do projeto fossem cumpridas.

A QUESTÃO DA TERRA DOS POVOS INDÍGENAS

O problema dos índios brasileiros remonta ao ano de 1500, ou seja, desde o descobrimento do Brasil. No início, o índio foi esmagado pelo colonizador português e expulso das terras em ritmo vertiginoso. Os bandeirantes, que na história do Brasil sempre foram enaltecidos como verdadeiros heróis, não passam de grandes assassinos de índios. Ora, essa história que nos passaram e ainda continuam a impingir, através das escolas

estaduais e federais e particulares, nada mais é do que a história do ponto de vista da classe dominante.

O índio, no Brasil, nunca foi respeitado. A FUNAI (Fundação Nacional do Índio), órgão do governo encarregado de protegê-los, é uma ameaça; não demarca as terras indígenas, comercializa com os recursos de sua terras e não respeita sua cultura.

Além do mais, o governo a serviço do grande capital estrangeiro, permitiu a matança de índios pelas empresas norte-americanas, da maneira a mais violenta possível, como vemos nesta citação de Eduardo Galeano: "Em ritmo de conquista, homens e empresas dos Estados Unidos lançaram-se sobre a Amazônia como se fosse um novo "Far-West". Esta invasão norte-americana incendiou como nunca a cobiça dos aventureiros brasileiros. Os índios morrem sem deixar rastros e as terras são vendidas em dólares aos novos interessados... Sabe-se que os indígenas foram metralhados dos helicópteros e teco-tecos, que se lhes inoculou o vírus da varíola, que se lançou dinamite sobre suas aldeias e se lhes presenteou açúcar misturado com estricnina e sal com arsênico". (Galeano, 1978 p. 60.)

MIGRAÇÕES E VIOLÊNCIAS NO CAMPO

Dos quarenta milhões de migrantes citados, parte deles se deslocou para as frentes pioneiras de trabalho à procura de terra. Mas, com as enormes dificuldades encontradas, não conseguiram os títulos das terras, e foram expulsos por novos grileiros. Faltou o apoio do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Um exemplo é o que aconteceu no território de Rondônia, onde o INCRA ofereceu terras para quem quisesse cultivá-las. Só que o projeto do INCRA era apenas para dez mil famílias, mas chegaram cem mil. Com isso, noventa mil ficaram sem terras e sem recursos para deixar o território, pois todas eram famílias pobres.

A outra parte da população migrante, a grande maioria, foi fixar-se na periferia das grandes cidades, formando favelas, cortiços etc. Sua chegada propicia a abertura de loteamentos clandestinos, as imobiliária lhes vendem lotes de terras entregando-lhes falsas escrituras de posse. Com isso são expulsos dos terrenos onde construíram a moradia,

A mudança brusca na vida desses homens, ou seja, a saída do meio rural para o urbano, causa-lhes danos, tais como, a perda dos vínculos sociais que possuíam no local de origem, dos referenciais culturais e religiosos, chegando no limite a perder a sua real identidade.

Os conflitos pela posse da terra aumentam dia a dia no Brasil. Para se ter uma idéia, verifiquemos alguns dados do documento. Na região de Conceição do Araguaia, no começo de 1979, foram identificados e cadastrados 43 conflitos. Seis meses depois já eram 55, chegando a mais de 80 no final do ano. No Estado do Maranhão os conflitos de terra chegaram a 128.

A cada três dias em média, são publicados nos jornais, conflitos de terras que representam menos de 10% dos conflitos cadastrados pelo movimento sindical dos trabalhadores na agricultura. Um dado alarmante nos diz que mais de 50% das pessoas neles envolvidas perdem a vida. Os trabalhadores têm que enfrentar os jagunços e os policiais no campo da repressão, e juízes e advogados no campo jurídico.

O mapa abaixo nos mostra que os conflitos da terra no Brasil atinge todos os Estados.



CONFLITOS DE TERRAS

O presidente do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), queixa-se de que a Igreja, embora chamada a colaborar na solução dos problemas da terra, prefere adotar uma posição crítica; o mesmo acontece com a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). A Igreja e a CONTAG, por outro lado, encaram com desconfiança as intenções do governo de resolver, agora, os problemas mais graves, afirmando que as medidas anunciadas seriam usadas como trunfo eleitoral.

A lista dos principais conflitos que ocorrem no Brasil, ainda incompleta, foi elaborada a partir de dados do INCRA, do CONTAG, da Comissão Pastoral da Terra, da CPI do Sistema fundiário. Mostraremos, agora, os locais onde ocorre maior número de conflitos, expulsões de posseiros e índios pelos grandes latifundiários:

1. Acre:

Ocupação de quase todo o Estado por empresas agropecuárias. Os seringueiros são afastados de suas glebas e vão-se agrupar em zonas urbanas. também não há a demarcação das terras indígenas.

2. Amazonas:

Casos de grilagem de terras, ocorrem com freqüência ao longo das áreas cortadas por estradas. Têm ocorrido violências e prisões de posseiros. Há também conflitos isolados, mais ou menos ao sul do Estado, próximo de Roraima e Acre.

3. Pará:

Envolvimento de posseiros e atos de grilagem. Há graves problemas nos municípios do Conceição do Araguaia.

Foram registrados ainda, 60 conflitos com a mesma gravidade em outros desta região. Também os colonos de Cajazeiros estão ameaçados com a construção da barragem do Tucuruí.

A problemática atinge a região sul do Pará, nos seguintes pontos:

- Ao longo da Rodovia Belém-Brasília, praticamente em todos os municípios.
- Entre o rio Tocantins e o Araguaia.
- Nos municípios de Conceição do Araguaia, Marabá, Água Branca, São Geraldo e Xambioá.

– Há ainda problemas fundiários na região de Carajás, no Rio Xingu – desde a foz até São Félix do Xingu.

4. Maranhão:

São enumerados 128 problemas de terra, ação de grileiros, levante entre posseiros e índios guajajares. Há regiões onde são queimadas casas e bens de produção; acontecem prisões ou ameaças de morte de dirigentes sindicais e morte de muitos trabalhadores.

A problemática se estende a quase todo Estado:

- Município de Santa Luzia, Panorama e Pio XII.
- Vale do Mearim e Pindaré.
- Em Imperatriz, na Belém-Brasília.
- Esperantinópolis, Croatá, Barra do Corda, São Pedro dos Cacetes, Alto Alegre, Lagoa Comprida, Uruçu e Juruá.

5. Mato Grosso do Norte:

Abrangendo a área da Amazônia legal, ocorrem conflitos graves e numerosos:

- Pontes de Lacerda, Rio Vermelho.
- Rondonópolis (330 famílias com processos).
- Diamantina (200 famílias de posseiros com licença de ocupação expedida pelo INCRA.
- Município de Barra do Garça – conflitos em 10 localidades: Cascalheira e Voadeira, Matinha, Garapu, Serra Azul.
- Invasão de áreas indígenas na reserva xavante de Couto Magalhães.
- Tensão na região do Alto-Araguaia, Alto-Paraguaia, Luciara, Poxoréu Chapada dos Guimarães, Barra do Bugre e Mirassol do Oeste.
- Em São Félix do Araguaia, na localidade de Santo Antonio, há trabalhadores ameaçados de expulsão.

6. Mato Grosso do Sul:

- Conflitos mais sérios em Amambaí, distrito de Paranhos; em Miranda e na Colônia Morária, onde ocorre litígio entre a FUNAI e 1500 famílias de posseiros.
- Em Eldorado, Naviraí e Bataiporã, 2400 famílias estão ameaçadas de expulsão por um decreto de desapropriação do governo.

7. Goiás:

Todo o Norte do Estado enfrenta um quadro fundiário difícil:

- De Porto Nacional seguindo a Belém-Brasília rumo norte.
- Araguatins, Tocantínia, Sampaio e Araguaiana são áreas problemáticas.

8. Piauí:

- Há problemas entre colonos e fazendeiros em alguns municípios do Estado.
- No município de José Freitas, 300 famílias de posseiros estão ameaçadas de expulsão por um projeto financiado pelo Pró-Álcool.
- Em Pimenteiras há 500 famílias contra empresas pecuárias; o mesmo ocorre em Aroazes e Oeiras, a segunda com problemas de grilagem.

9. Ceará:

- Há desapropriação pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), em Pedra Branca e Mingá (ilha).
- Parambu — nas fazendas Ingá — Fagundo; em São Gonçalo do Amarante — Fazenda Monte Castelo, em Quixadá e nas fazendas Cajazeiras, Barras, Riacho da Roça; todas estas regiões têm grandes problemas de grilagem.
- Há conflitos ainda no município de Capristano e Aratuba.

10. Paraíba:

- Pequenos arrendatários e posseiros entram em atrito com a expansão da indústria canavieira financiada.
- O problema mais grave do Estado, ocorre em Alabamar, no município de Salgado de São Félix, envolvendo 700 famílias. O mesmo acontece nas fazendas Tabu e Camucin.
- Ameaça de despejo nas fazendas Cachorrinho e Coqueirinho, município de Pedras de Fogo.
- Problemas fundiários em todo o litoral do Estado.

12. Pernambuco:

- Na região banhada pelo Rio São Francisco — conflitos de terra entre moradores e grupos interessados na área. Tensões no município de Igarassu, Taracaru, Cabo e Ipojuca, e problemas com os colonos desalojados com a construção da barragem de Itapari.

13. Alagoas:

- Em União dos Palmares, mais de 100 foreiros estão contra a expansão de usinas de cana de açúcar. Há também ameaça de expulsão de 200 famílias em Penedo.

— Em São Luís do Quitunde são queimadas roças de posseiros para o plantio da cana.

14. Sergipe:

— Há problemas fundiários concentrados na área de influência do São Francisco.

— Os índios xocós em litígio com a família Brito pela posse da ilha de São Pedro, município de Porto da Folha.

— Projeto Betume da Codevasf, despejou colonos com uma indenização simbólica.

15. Bahia:

— Ao longo do São Francisco, grilagem e desalojamento de colonos por empresas, inclusive a Serra do Muquém, Santa Maria da Vitória, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro e Prado.

16. Espírito Santo:

— Especulação imobiliária em Linhares e Aracruz.

— O IBDF tenta impedir os posseiros de cultivar as terras que ocupam há mais de 50 anos.

17. Rio de Janeiro:

— Município de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, 350 famílias de posseiros ameaçados.

— Em Parati (Trindade), posseiros brigam com a Brascan.

— Há insegurança em Silva Jardim e no Município de Rio Bonito.

18. São Paulo:

— O município de Itapetininga e o município de Angatuba — 200 famílias de pequenos proprietários estão ameaçados de despejo.

— Urânia e Turmalina, região de Jales, Vale do Ribeira, Portal do Paranapanema, município de Teodoro Sampaio, também com ameaças de despejos.

— Foram também despejadas 2000 famílias na região do Vale do Ribeira

— Litígio em Andradina, entre trabalhadores e o grupo J. J. Abdalla.

19. Minas Gerais:

— Na região banhada pelo rio São Francisco, grileiros na Serra das Araras, com resistência de posseiros.

- Também na Fazenda Grande, município de Turmalina, Braunas, Leme, região do Rio Paraopeba.

- Ao Norte do Estado, próximo à Bahia.

20. Paraná:

- Quinze municípios com tensões graves, envolvendo de forma especial a região da fronteira, a Oeste do Estado.

- Em Assis Chateaubriand cinco áreas de litígio; também em Wenceslau Brás, Vitorino, Medianeira, Umuarama, Alto Piquiri, Mariluz, Icaraima, Cascavel, Terra Rica, Toledo, Origueira e Rondon.

- Desalojamento devido à construção da Barragem de Itaipu.

- População indígena Mangueirinhas (onde morreu o cacique Angelo Kretan).

21. Santa Catarina:

- Ultimamente tem-se intensificado o clima de insegurança nos municípios de Campoerê e Maravilha, no Este do Estado.

- Os conflitos envolvendo índios têm sido constantes nas áreas indígenas de Xanxerê e Ibirama.

22. Rio Grande do Sul:

- Na fazenda Sarandi, questões fundiárias.

- Na região de Nonoai, milhares de colonos foram retirados pela FUNAI.

- Ameaça de desapropriação para a construção da Barragem de Passo Real.

23. Rondônia:

- Problemas devidos à construção da Rodovia Cuiabá-Porto Velho.

- No Sul do território em Cacoal, expulsão de 200 posseiros.

- Em Ji-Paraná, 250 famílias despejadas.

24. Roraima:

- Invasão de terras indígenas (áreas dos ianomani e outros).

- Trabalhando como peões cerca da metade da população total do território.

25. Amapá:

- Notícias da chegada de frentes pioneiras que se estão instalando ao longo das rodovias como a Manaus – Caracari e no trecho já construído da Perimetral Norte.

RESPONSABILIDADE PELA SITUAÇÃO

Todos os problemas que atingem os índios e trabalhadores rurais não são frutos de ações isoladas de grileiros e policiais, juízes e advogados, mas a concretização daquilo que o documento de Puebla chamou de injustiça institucionalizada.

Neste sentido, tentaremos colocar alguns elementos para julgarmos os fatos constatados.

O sistema de governo do Brasil, todo voltado para os interesses dos países capitalistas desenvolvidos, privilegia uma minoria em detrimento da maioria do povo.

No campo, as coisas se passam da seguinte maneira: há o minifúndio que pratica a agricultura de subsistência, ou seja, para o consumo próprio (a sobra é vendida sustentando o mercado interno), emprega mão-de-obra familiar, não tem tecnologia avançada, nem incentivos fiscais etc.

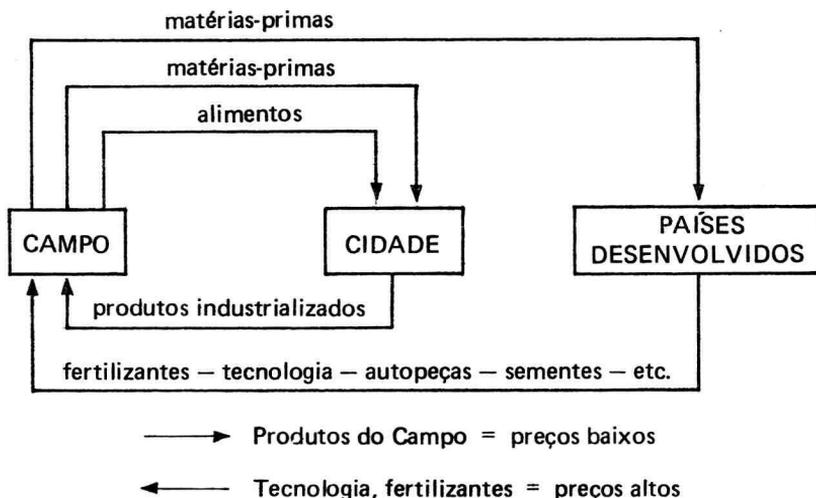
Em contraposição existe o latifúndio que pratica a monocultura, e dispõe de alta tecnologia: os produtos cultivados são exportados, explora mão-de-obra barata (bóias frias), tem incentivos fiscais. Em outras palavras: o latifúndio, que em nossa realidade é constatado como menos produtivo, tem todas as vantagens possíveis para se fortalecer cada vez mais.

Entre o latifúndio e o minifúndio existe a média propriedade que também exporta e ajuda a manter o mercado interno, constituindo os chamados cinturões verdes (CEASAS), que fornecem produtos horti-fruti-granjeiros para os centros urbanos, esta conta também com tecnologia. E é nesse meio que se colocam empresas como a CAC (Cooperativa Agrícola de Cotia) que contrata todos os pequenos proprietários por via indireta, exemplo disto é este depoimento que um granjeiro nos deu através de uma entrevista: "Um pequeno granjeiro compra rações e pintainhos dessas grandes empresas, tem altas despesas com eletricidade e manutenção dos viveiros, tem que pagar empregados. A maioria dessas despesas têm vencimentos mensais, e o granjeiro para conseguir sobreviver se filia a estas empresas, que lhe fornecem os pintainhos e a ração, e no final, quando é vendido o lote de frango, somente dez por cento dos lucros é que vão pertencer ao granjeiro, ficando o restante para a empresa". Este é apenas um exemplo, pois no mesmo ramo existem outras empresas que fazem o mesmo.

A DEPENDÊNCIA DO CAMPO.

O agricultor brasileiro sente o quanto é explorado, todas as vezes que vai vender seus produtos, pois recebe por eles preços irrisórios,

enquanto a tecnologia e os fertilizantes custam muito caro. Isso ocasiona a concentração cada vez maior da terra, que por sua vez obriga um grande contingente de mão-de-obra a se deslocar para as cidades.



Os atravessadores ou intermediários — transportadoras, beneficiadoras, revendedores — contribuem decisivamente para o encarecimento dos produtos que chegam ao consumidor. Cada um deles obtém sua parte de lucro quando o produto passa por suas mãos. Ao final, o preço pago pelo consumidor será acrescido de, pelo menos 50%, graças a esses vários intermediários.

A dívida externa, que ultrapassa a casa dos 55 bilhões, chegando mesmo a 70 bilhões, segundo alguns cálculos, agrava ainda mais a situação. Esta dívida nos faz cada vez mais dependentes, pois a maioria do que é produzido no campo é para atender às exigências do mercado externo. Com isso, muito do que antes era produzido somente para atender ao mercado interno, hoje tem de ser importado, pois a grande produção de café, cana-de-açúcar, soja, algodão para exportação, fez com que ficássemos deficientes em produtos básicos. Assim, o Brasil tem importado arroz do Uruguai, cebola do Chile e outros produtos de consumo diário.

A situação não é nem um pouco animadora, segundo alguns dados; no ano passado o Brasil pagava sete bilhões de dólares de amortização da dívida externa, isto é, juros; e gastava oito bilhões com o petróleo; no total eram quinze bilhões de dólares. Enquanto isto, exportou apenas

catorze bilhões. Com isso, nossa dívida aumenta em mais um bilhão de dólares. Neste ano a situação piorou, pois exportamos menos e gastamos mais.

A realidade é esta: as multinacionais estão no Brasil, nosso país é o que tem maior número de multinacionais em seu território quando comparado a outros países; essas empresas exploram a mão-de-obra barata, as nossas matérias-primas e com seus lucros mais os incentivos fiscais, adquirem terras brasileiras expulsando delas quem as cultivava, transformando suas lavouras em pastagens.

Ora, como vimos anteriormente, a maioria desses trabalhadores rurais vai para as cidades onde nem sempre encontram emprego, formando um grande exército de mão-de-obra-reserva, o que não deixa de ser interessante para o governo, mas ao mesmo tempo perigoso. É interessante quando acontecem greves como a dos metalúrgicos deste ano, pois os grevistas podem ser substituídos por outros trabalhadores. Ao mesmo tempo isso é perigoso, na medida em que, crescendo o número de trabalhadores desempregados, aumenta o perigo de uma convulsão social. Todavia, para não deixar que o exército de reserva cresça em demasia, escapando-lhe ao controle, o governo abre frentes de trabalho. Exemplo claro disto é a Transamazônica: deslocou um grande contingente de mão-de-obra, e hoje se encontra abandonada à mercê dos grandes projetos agropecuários.

A Ponte Rio — Niterói é outro exemplo, inclusive podendo questionar sua necessidade visto que, aqueles que as construíram (os trabalhadores) estão, hoje, impossibilitados de a usar, pois nesta ponte se cobra o pedágio mais caro do país. Os trabalhadores fazem o trajeto Rio — Niterói através de balsas. A usina hidrelétrica de Itaipu, os grandes viadutos, também têm a função de empregar mão-de-obra ociosa. O Aterro de Alagados é mais um projeto com esta finalidade.

Outra parte dos trabalhadores rurais, em menor número do que vimos acima, é recrutado pelo "gato", o agenciador de trabalhadores, que são levados e vendidos a empreiteiras encarregadas do desmatamento na Amazônia. Na prática ocorre o seguinte: o "gato" possui ou aluga caminhões e recruta esses trabalhadores desempregados conseqüentemente sem dinheiro, com promessas de bons empregos. Os trabalhadores na maioria deixam a família e partem para o local de trabalho. Durante a viagem eles contraem dívidas com alimentação e outras necessidades. Chegando ao local de trabalho eles são vendidos e as dívidas que tinham com o "gato" são transferidas para o empreiteiro. Com isso, o trabalhador já inicia seu trabalho com dívidas que dificilmente conseguirá saldar, uma vez que é muito mal remunerado e contrai muitos gastos no local de serviço.

A nossa tentativa, até agora, foi a de mostrar de onde vêm os nossos problemas, a serviço de quem estão os nossos governantes. No Brasil, sempre que falamos dos problemas dos índios, posseiros, pequenos agricultores, bóias-frias, seringueiros, operários, estamos falando diretamente do sistema no qual vivemos.

3. FUNDAMENTAÇÃO DOUTRINAL:

A TERRA É UM DOM DE DEUS A TODOS OS HOMENS

Na América Latina, os grandes problemas, foram sempre referentes à terra. Em 1910 no México, 1952 na Bolívia, em 1958 em Cuba, em 1979 na Nicarágua e, atualmente, em El Salvador, foram conflitos em nível nacional pela posse da terra.

Não cabe aqui, fazermos juízos dos acontecimentos que envolveram a Igreja ao longo da história. Mas, muitas vezes ela legitimou a exploração do homem pelo homem, ficando sempre ao lado da classe opressora. Na Idade Média era quem lançava as bases de sustentação do sistema feudal, principalmente pela grande quantidade de terras que ela possuía. O Brasil, desde o seu descobrimento, também teve a Igreja ao lado das classes dominantes. O que aconteceu com os negros trazidos para cá, como escravos, foi tão horrível quanto possa imaginar a nossa consciência. Ao desembarcar eram obrigados a ser batizados na religião Católica. Logo após começava uma vida toda de sofrimentos, com trabalhos pesados, obrigados a renegar sua cultura e, ainda, receberem castigos por qualquer desobediência ou erro no trabalho. Tudo isso era legitimado pela Igreja que ia buscar na Bíblia fundamentos para tais atos: “Assim como o ginete necessita da espora e o jumento do freio, para serem governados; assim os imprudentes e maus necessitam da vara e do castigo para que não faltem à sua obrigação” (Prov. 26,3). Diz o Espírito Santo no Eclesiástico que a boa doutrina é o grilhão aos pés dos maus e culpados. (Ecl. 21,22).

Na primeira parte deste trabalho, vimos que em relação aos índios, a coisa não foi diferente, pode ter sido até pior. Antes porém, de prosseguirmos, achamos importante observar que os referenciais à Igreja, os fazemos no que concerne à Igreja enquanto instituição; pois durante toda a história da Igreja tivemos sempre mártires ou verdadeiros profetas que criticaram as realidades nas quais viveram e as atitudes da Igreja frente a elas.

Foi a partir do Concílio Vaticano II em 1964, e das conclusões de Medellín em 1968, que a Igreja foi-se revendo e se abrindo para os

problemas sociais até chegar em Puebla e declarar a opção pelos pobres como preferencial. E é a própria Bíblia que nos oferece os elementos necessários para entendermos essa opção, e para provarmos isto, extraímos do primeiro livro dos Reis (21,1 – 16), o texto que se segue. Narra justamente o problema da terra. Ao lado deste, está um fato da realidade atual; comparados nos mostra a atualidade dos textos bíblicos.

UM FATO DA BÍBLIA.

Quem narra ? — Reis 21,1 – 16.

Acabe era um rei em Samaria capital do reino no norte. Nabote era agricultor, seu vizinho, e possuía uma vinha ao lado do palácio do rei em Jesrael. Acabe como tinha muito dinheiro, quis comprar o terreno. Nabote, porém, disse que não podia vendê-lo, porque era herança de seus pais e tinha muito amor àquela terra. Era, para ele, um valor religioso e cultural. “Guarde-me Senhor — disse Nabote — de que eu dê a herança de meus pais... “Como não conseguia convencer Nabote a vender o terreno, Acabe voltou a palácio e contou para sua mulher Jezabel, princesa fenícia de Tiro. Jezabel instiga o rei e diz que ele vai ter aquele terreno. Que fez ela ? Como se fosse o rei (“Escreveu cartas em nome de Acabe, selou-as com o sinete dele, e as enviou aos anciãos e aos nobres que havia na sua cidade e habitavam com Nabote”), escreveu cartas aos nobres obrigando-os a impor um jejum ao povo. Deveriam também arranjar duas testemunhas, que iriam provar, em praça pública, que Nabote tinha desobedecido às ordens do rei e pecado contra Deus. Tramou tudo direitinho para tirar Nabote de sua plantação. Tudo ocorreu como planejara e Nabote foi apedrejado diante de toda a população. Com a morte de seu vizinho, Acabe apodera-se da terra.

UM FATO DE HOJE.

Quem conta ? João Grilo, morador do povoado de Riacho dos Pais no município de Santa Sé, na Bahia.

Gervásio e seus filhos trabalhavam há mais de 30 anos num pedaço de terra situado em meio ao sertão bravo. Ainda não existiam povoações por perto. Com o correr dos anos, o progresso foi chegando à região. Certo dia, Gervásio recebeu a visita de Eurico de tal, homem de prestígio entre os ricos e grandes do município, dizendo que ele tinha comprado aquelas terras e Gervásio precisava sair de lá. Mostrou, até, uns papéis com assinaturas e carimbos de gente da cidade.

Gervásio, no entanto, amava aquelas terras, onde tinha trabalhado durante muitos anos. Aquela terra era fruto de seu suor. Disse ao Eurico que não podia sair, pois a terra era dele. Só sairia de lá morto. Como insistisse ele nessa posição, foi intimado a comparecer diante do juiz, na cidade.

Gervásio insistia em não ir, porque sabia que iria perder. A coisa já havia sido tramada na cidade e ele não tinha ninguém a quem recorrer. Eurico estava ligado aos grandes da cidade. Era filho do dono do cartório, parente de deputados, amigo e parceiro do juiz. É claro que iria perder. Então não foi. O juiz contratou três soldados e mandou buscar Gervásio. Este resistiu e não quis ir. Foi aí que aconteceu o pior. Saiu um tiroteio danado e o corpo do velho Gervásio ficou estendido no chão, enquanto seus filhos conseguiam fugir.

A ATITUDE DE JESUS

Os profetas denunciavam justamente as injustiças referentes ao uso da terra que havia tornado instrumento de exploração dos pobres e dos humildes. Mas, é principalmente em Jesus Cristo que a Igreja busca as fontes para se postar e julgar a realidade. Os amigos mais chegados a Jesus, os apóstolos, eram homens pobres; a exigência para que alguém se salvasse era a partilha dos bens; Zaqueu que era um homem rico, ouviu de Jesus as seguintes palavras: "Hoje a salvação entrou nesta casa", Jesus disse isto após Zaqueu ter-se proposto a dividir os seus bens (Lc 19, 1ss). Mas é em Lucas, capítulo quatro, versículos de 18 a 19, que Jesus explicita o caráter radical de sua missão: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar a remissão aos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade aos oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor." O ano da Graça do Senhor, significava para os judeus o ano sabático, ou seja, a ano em que eram libertos os escravos, perdoadas as dívidas e redivididas as terras. Portanto, para Jesus, os bens materiais não deveriam ser causas de separação das pessoas, mas de união. A primeira experiência concreta, neste sentido, foi a comunidade primitiva de Jerusalém onde "todos os fiéis tinham tudo em comum; vendiam suas propriedades e seus bens e dividiam por todos segundo a necessidade de cada um" (At 2,44 – 45). Também na experiência dos Santos Padres, que denunciavam a iniquidade dos poderosos, a Igreja busca conteúdo para continuar fiel à sua missão. "Foi a avareza que repartiu os pretensos direitos de posse" (Sto. Ambrósio, P. L. Vol. 42, Ccluna 1 e 46). "A terra foi dada a todos e não apenas aos ricos"

(Sto. Ambrósio, Apud Populorum Progressio, nº 23 de Nabuthe, C 12, nº 53 P. L. 14, 747). São Tomás também, quando se refere à apropriação individual dos bens, o faz como maneira de realizar a destinação social dos bens a todos.

A partir do papa Pio XII, todos os seus sucessores, até o atual, João Paulo II, fizeram severas advertências aos sistemas que privilegiam uns poucos que têm em mãos a concentração das riquezas, enquanto a maioria do povo passa grandes necessidades. João Paulo II dirigindo-se aos agricultores de Oaxaca, afirma: "De vossa parte, responsáveis pelos povos, classes poderosas que mantendes por vezes, improdutivas as terras que escondem o pão que falta a tantas famílias, a consciência humana, a consciência dos povos, o clamor dos desvalidos e, sobretudo, a voz de Deus, a voz da Igreja, voz que repete comigo: Não é justo, não é humano, não é cristão continuar com certas situações claramente injustas" (Alloc. em Oaxaca, AAS, LXI, p. 210). Por fim, temos todo o documento de Puebla que nos mostra a realidade latino-americana, a situação de injustiça e de miséria em que vive nosso povo. Por tudo isso, achamos que a Igreja está superfundamentada para condenar esse sistema, pois a permanência dele implica diretamente a continuidade do sofrimento do povo.

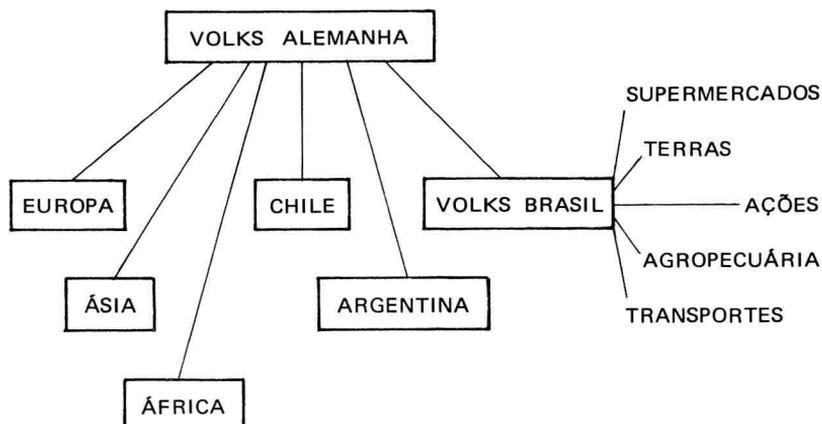
TERRA DE EXPLORAÇÃO E TERRA DE TRABALHO

Talvez foram estes temas os mais discutidos do documento, acusados de ser de inspiração marxista, devido aos termos usados; mas que termos usar, se estes são realmente os que expressam toda a realidade da questão agrária nacional ? O documento os define assim:

— Terra de exploração — é a terra da qual o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros. O lucro pode vir tanto da exploração do trabalho daqueles que perderam a terra e seus instrumentos de trabalho, ou que nunca tiveram acesso a eles, quanto da especulação, que permite o enriquecimento de alguns à custa de toda a sociedade.

Um exemplo disto é o que as multinacionais, como a Volkswagen, fazem no Brasil. O centro de decisões da Volks é na Alemanha, mas possui muitas filiais instaladas em diversos países, e dentro dos países onde estão instaladas conseguem obter altos lucros dominando vários ramos do mercado.

O gráfico que apresentamos a seguir, nos mostra como se dá o processo.



Diante disto, constata-se que uma multinacional instalada no Brasil obtém lucros altíssimos com a venda de suas mercadorias, pois a mão-de-obra e a matéria-prima brasileiras ficam para ela a preços irrisórios. Com estes lucros as multinacionais adquirem terras, expulsando destas os trabalhadores, fazendo da terra de trabalho terra de exploração.

— Terra de trabalho — é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar o outro nem para especular.

Em nosso país, a concepção de terra de trabalho aparece fortemente no direito popular de propriedade familiar, tribal, comunitária e na posse. Essas formas de propriedade, alternativas à exploração capitalista, abrem claramente um amplo caminho que viabiliza o trabalho comunitário até em áreas extensas e a utilização de uma tecnologia adequada; tornando dispensável a exploração do trabalho alheio.

O que a Igreja condena então, não é a propriedade privada da terra (pequenas propriedades cultivadas pelos trabalhadores e suas famílias), ao contrário, defende este direito de viver na terra trabalhando e usufruindo do seu fruto. O que é condenada é a propriedade capitalista da terra, utilizada como instrumento de exploração do trabalhador. E, como vimos anteriormente, na primeira parte do trabalho, todos esses problemas se refletem nas cidades, principalmente em relação à terra de moradia; favelas, cortiços etc.

4. NOSSO COMPROMISSO PASTORAL:

É aqui que os bispos, como pastores, citaram em que podem colaborar para mudar este sistema de injustiça institucionalizada.

Resumiremos, aqui, os pontos mais importantes que comprometem tanto as ações dos bispos como dos padres, e que sempre exigirão destes uma posição ao lado dos injustiçados, seguindo o exemplo de Cristo:

- Rever a questão do uso e da posse das terras da Igreja.
 - Apoio às justas iniciativas e organizações dos trabalhadores (sindicatos, associações, comissões e outras organizações autônomas e livres que realmente representem a voz dos trabalhadores).
 - Denunciar situações abertamente injustas e violentas que firam o povo.
 - Apoio aos esforços do homem do campo por uma autêntica Reforma Agrária.
 - Apoio aos regimes de propriedades familiares e da propriedade tribal dos povos indígenas.
 - Apoio à mobilização dos trabalhadores para exigir a aplicação e/ou reformulação das leis existentes.
 - Apoio para os trabalhadores conseguirem uma política agrícola que venha ao encontro dos anseios da população.
 - Insistência na demarcação das reservas das terras indígenas.
- Defender e promover as legítimas aspirações dos trabalhadores urbanos, no que se refere a terreno e moradia, e ao direito de trabalho e justa remuneração.

Na conclusão, os bispos nos falam que o documento nasceu diante dos problemas atuais que afetam os trabalhadores do campo: o perigo de se tornarem proletários, principalmente pelas exigências do mercado externo que reforçam a dependência da economia brasileira.

5. CONCLUSÃO:

Tentamos mostrar, neste trabalho, os inúmeros problemas que o documento “Igreja e Problemas da Terra” levanta. Mostrar também que um dos obstáculos que a Igreja vai ter de suplantar — e isso ela já vem conseguindo através das Comunidades de Base — é o da desideologização de nosso povo. Com toda a certeza a tarefa será árdua, pois o povo brasileiro, mesmo sofrendo, agradece a Deus e atribui a Ele a causa de seu sofrimento: “Deus quis assim”. Herança do comprometimento da Igreja com as classes dominantes.

É claro que já se tem obtido progresso neste sentido, mas o processo é demorado, principalmente pelas palavras dos ministros da Igreja que, muitas vezes, chocam: um padre fala da organização do povo, para que ele se liberte; outro fala para o povo se resignar com os sofrimentos, pois só assim se salvará.

Sem dúvida alguma, a partir do momento que a Igreja se posicionou diante dos problemas sociais do Brasil, ela comprou uma enorme briga; pois falar dos problemas dos pobres, a partir do lugar social destes, significa para o governo, querer "derrubá-lo com a colaboração dos comunistas" (Folha de São Paulo 12/6, pp. 1 e 5). Quando os representantes do nosso governo afirmam que a CNBB não representa a Igreja, nós da Igreja, podemos perguntar: este governo autoritário, não escolhido pelo povo, representa os anseios e desejos desse mesmo povo ?

A Igreja que hoje recebe os adjetivos de "comunista", "socialista"; que "deveria preocupar-se com os problemas espirituais e não sociais e políticos" é, mais do que nunca, a Igreja de Cristo, pois tem o homem como preocupação e valor fundamental. Essa Igreja profética, foi perseguida no passado, é perseguida no presente e, sem dúvidas, será igualmente perseguida, no futuro. Os governos ditadores da América Latina, já não hesitam em invadi-la (os templos), e matar seus pastores. Um caso recente: o assassinio do arcebispo de San Salvador — Dom Oscar Romero.

No Chile também está ocorrendo perseguição à Igreja, inclusive profanando o túmulo dos pais do Cardeal de Santiago, Raul Silva Henriquez, que vem criticando as posições assumidas pelos dirigentes chilenos. No Brasil, na última greve dos metalúrgicos, vimos a pressão que o governo fez a Dom Cláudio Hummes, bispo de Santo André, ameaçando enquadrá-lo na lei de Segurança Nacional. Perseguições feitas a bispos como Dom Helder Câmara, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomaz Balduino, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Adriano Hipólito, Dom Alano Pena, Dom Moacir Grecchi, Dom José Maria Pires, Dom Frago, Dom Cândido Padim e outros.

Este documento da Igreja, explícito na condenação do sistema em que vivemos, tem uma frase que é um apelo do homem do campo aos ouvidos de quem tanto mal ele tem causado a ele que vive na terra e dela depende para sobreviver: "É o trabalho que legitima o uso e a posse da terra".

BIBLIOGRAFIA:

BERGER, Manfredo; **Educação e Dependência**, Rio de Janeiro, Ed. Difel, 1977.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, Comissão Episcopal de Pastoral; **Pastoral da Terra Posse e Conflitos**, São Paulo, Ed. Paulinas, 1976, Estudos da CNBB.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, **A Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina**, Conclusões de Puebla, texto oficial da CNBB, São Paulo, Ed. Loyola, 1979.

CONSELHO Episcopal Latino-Americano, **A Igreja na Atual Transformação da América Latina à Luz do Concílio**, Ed. Vozes, Petrópolis, 1977.

GALEANO, Eduardo; **As Veias Abertas da América Latina**, tradução — Galeno de Freitas, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978.

HOORNAERT, Eduardo e outros; **História da Igreja no Brasil (tomo 2)**; Petrópolis, Ed. Vozes, 1979.

MARTINS, José de Sousa; **A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Referência Agrária**, Revista **Encontros com a civilização Brasileira** nº 22, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.

PASTORAL Social Arquidiocesana; **O que todo Agricultor precisa saber sobre a Terra**; Fortaleza, 1979.

PAULO VI, **Populorum Progressio**, Carta Encíclica, 1967, Ltr Editora Limitada.